

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: A EMERGÊNCIA DE UMA SUBJETIVIDADE COMPETENTE

BASE CURRICULAR COMÚN NACIONAL: ¿LA EMERGENCIA DE UNA
SUBJETIVIDAD COMPETENTE

COMMON NATIONAL CURRICULAR BASE): THE EMERGENCE OF A
COMPETENT SUBJECTIVITY

Rochele da Silva Santaiana¹ 

Jaqueline Aparecida Machado² 

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar em que medida a noção de competência apresentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) compõe um campo de possibilidades para constituição de uma subjetividade que procura formar sujeitos competentes no bloco da alfabetização. O trabalho toma como campo teórico-metodológico a perspectiva pós-estruturalista, com as teorizações produzidas por Michel Foucault, abordando a temática do currículo através da análise do conceito de competência na alfabetização, apresentado na Base Nacional Comum Curricular. Metodologicamente o estudo vem operando com as ferramentas teóricas analíticas, governamento biopolítico e discurso. Assim, a BNCC pelo fato de ser uma referência obrigatória na construção dos currículos escolares emerge como um documento que propõe práticas visíveis no gerenciamento das condutas dos sujeitos, que operam no âmbito das subjetividades neoliberais. Entende-se com esse estudo que, ao mesmo tempo que são delineados quais conhecimentos, atitudes ou performances devem ser privilegiados na composição dos currículos escolares, determinados tipos de sujeitos são constituídos no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: BNCC. Competência. Currículo. Neoliberalismo. Subjetividade.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar en qué medida la noción de competencia presentada en la Base Curricular Común Nacional (BNCC) compone un campo de posibilidades para la constitución de una subjetividad que busca formar sujetos competentes en el bloque de lectoescritura. El trabajo toma como campo teórico-metodológico la perspectiva postestructuralista, con las teorizaciones producidas por Michel Foucault,

¹ Doutora em Educação, professora Adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, curso de Pedagogia Licenciatura. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED Uergs – Campus Litoral Norte. rochele-santaiana@uergs.edu.br

² Mestre em Educação pela UERGS, Licenciada em História, professora da Educação Básica na rede municipal de Ensino de Igrejinha/ RS. jaqueline-venson@uergs.edu.br

Como referenciar este artigo:

SANTAIANA, Rochele da Silva; MACHADO, Jaqueline Aparecida. Base nacional comum curricular: a emergência de uma subjetividade competente. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 26, n. 1, e7517, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v26i1.7517>

abordando la temática del currículo a través del análisis del concepto de competencia en lectoescritura, presentado en la Base Nacional Comum Curricular. Metodológicamente, el estudio ha venido operando con herramientas teóricas de análisis, gobernanza biopolítica y discurso. Así, la BNCC, por ser referencia obligada en la construcción de los currículos escolares, surge como un documento que propone prácticas visibles en la gestión de la conducta de los sujetos, que operan en el ámbito de las subjetividades neoliberales. Se entiende a partir de este estudio que, al delinear qué saberes, actitudes o actuaciones deben ser privilegiados en la composición de los currículos escolares, ciertos tipos de sujetos se constituyen en el escenario contemporáneo.

Palabras clave: BNCC. Competencia. Reanudar. Neoliberalismo. Subjetividad.

Abstract

This work aims to analyze to what extent the notion of competence presented in the National Common Curricular Base (BNCC) composes a field of possibilities for the constitution of a subjectivity that seeks to form competent subjects in the literacy block. The work takes as a theoretical-methodological field the post-structuralist perspective, with the theorizations produced by Michel Foucault, approaching the theme of the curriculum through the analysis of the concept of competence in literacy, presented in the Base Nacional Comum Curricular. Methodologically, the study has been operating with analytical theoretical tools, biopolitical governance and discourse. Thus, the BNCC, due to the fact that it is an obligatory reference in the construction of school curricula, emerges as a document that proposes visible practices in the management of the subjects' conduct, which operate within the scope of neoliberal subjectivities. It is understood from this study that, while delineating which knowledge, attitudes or performances should be privileged in the composition of school curricula, certain types of subjects are constituted in the contemporary scenario.

Keywords: BNCC. Competence. Resume. Neoliberalism. Subjectivity.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar em que medida a noção de competência apresentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) compõe um campo de possibilidades para constituição de uma subjetividade que procura formar sujeitos competentes no bloco da alfabetização. O trabalho toma como campo teórico- metodológico a perspectiva pós-estruturalista, com as teorias produzidas por Michel Foucault, abordando a temática do currículo através da análise do conceito de competência na alfabetização, apresentado na Base Nacional Comum Curricular. Assim, a BNCC pelo fato de ser uma referência obrigatória na construção dos currículos escolares emerge como um documento que propõe práticas visíveis no gerenciamento das condutas dos sujeitos, que operam no âmbito da constituição de subjetividades afeitas à racionalidade neoliberal. Essa racionalidade contemporânea

procura delinear quais conhecimentos, atitudes ou performances devem ser privilegiados na composição dos currículos escolares.

Tomando o documento da Base como superfície e corpus empírico entendemos que tal normatização nacional opera no governo de um e de todos, ao implicar na formação curricular de cada estudantes e operando de forma coletiva para todo território nacional.

Nas análises e discussões evidenciamos a BNCC como emergência de uma estratégia biopolítica, como um currículo fundamentado em competências nos anos iniciais e que visa a formação de sujeitos com habilidades específicas que se quer necessárias no ciclo da alfabetização. Não temos a pretensão de desconsiderar as potencialidades advindas de um currículo nacional, nem operar com um pensando que no ciclo de alfabetização não sejam necessárias a aquisição de habilidades ligadas à leitura e escrita. Nos movimentamos usando lentes teóricas que criticam a homogeneidade e padronização de uma base que requer conhecimentos específicos operando em campos de saber poder que governam a formação única dos sujeitos.

Considerando o exposto, temos como propósito contribuir com estudos sobre o currículo, considerando-o como peça importante do aparato disciplinar e biopolítico relativo ao governo dos corpos de crianças e jovens (Foucault, 2017), pretendemos colaborar com análises de estudos curriculares e seus objetivos frente a emergência da tática neoliberal e o governo dos alunos.

O trabalho se organiza em seções que procuram mostrar primeiro as noções básicas e importantes sobre a BNCC, os aportes e ferramentas teórico-analíticas do estudo e por fim análise do documento da Base.

1 A Base Nacional Comum Curricular

Em 20 de dezembro de 2017, o Ministro da Educação Mendonça Filho, através da portaria no 1.570, homologa o Parecer CNE/CP n- 15/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 15 de dezembro de 2017, que, instituem e orientam a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, explicitando os direitos e objetivos de aprendizagem e

desenvolvimento, a ser observada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. A BNCC é um documento normativo, que regula e orienta os currículos escolares de todas as redes de ensino da educação básica brasileira. Entre as principais características da BNCC estão o trabalho por projetos (aluno como gestor da sua aprendizagem) e o desenvolvimento de competências e habilidades. Essas características apresentam-se através das dez competências gerais e dos objetivos de aprendizagem que são o foco central do documento. As competências que permeiam todas as áreas do conhecimento e todos os níveis de aprendizagem são caracterizadas por formar alunos que necessitem saber (conhecimento) e saber fazer (resolver problemas) (Brasil, 2017).

A Base Nacional Comum Curricular Educação Infantil e Ensino Fundamental teve três versões até ser finalizada. No período de outubro de 2015 a março de 2016, a primeira versão do documento foi disponibilizada a consulta pública online recebendo mais de 12 milhões de contribuições. As colaborações foram sistematizadas e subsidiaram a segunda versão da BNCC, que foi publicada em maio de 2016. Essa versão foi debatida em seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação em todos os estados brasileiros, tendo mais de 9 mil contribuições de professores, gestores, especialistas e entidades de educação (Brasil, 2017). A terceira foi analisada por especialistas, associações científicas e professores universitários, que elaboraram pareceres relativos às diferentes etapas da Educação Básica (Andrade, 2020).

Apesar de contar com contribuições de diferentes profissionais, a elaboração da Base não foi considerada um processo democrático, visto que os debates não faziam parte dos cotidianos escolares, não dialogando com alunos, professores, coordenadores e diretores das escolas. A sua elaboração contou com uma forte parceria entre o setor público e o privado, sendo um dos agentes principais o Movimento pela Base, cujos sujeitos fazem parte do centro empresarial brasileiro. “Embora seja uma política pública de Estado, a opção pelo diálogo não foi com os professores e alunos, e sim com o empresariado” (Caetano, 2019, p. 139).

O período de dúvidas e problematizações também ocorreu na elaboração da Base do ponto de vista do currículo, isto é, dos conteúdos inseridos e retirados durante a formulação das diferentes versões, além das mudanças nos conceitos

centrais da organização do documento, alterando de objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem para competências e habilidades. Porém, as alterações ocorridas durante o processo de elaboração do documento não foram apenas conceituais ou de divergências metodológicas, elas demonstram claramente o sentido epistemológico de público que a Base deseja constituir, um “sujeito auto empreendedor necessário ao mercado do consumo e da concorrência na racionalidade atual” (Traversini; Mello, 2020, p.4). Sendo assim, a Base nos fornece material que possibilita problematizarmos quanto à constituição de uma subjetividade que procura formar sujeitos competentes, nessa pesquisa focando no bloco da alfabetização.

Na sequência do trabalho apresento as ferramentas teórico-metodológicas, que me permitiram utilizar lentes específicas para olhar para BNCC de forma crítica, mas contextualizada com a racionalidade na qual ela está imersa e emerge.

2 Ferramentas teórico-analíticas: discurso e governo biopolítico

Analisar a BNCC, através das lentes do pós-estruturalismo nos permite questionar as verdades absolutas que estão sendo apresentadas frente ao conceito de competência e suas implicações nos currículos escolares. O que está em jogo, nesse tipo de crítica que podemos chamar de pós-estruturalista, é a possibilidade de ver de maneira diferente aquilo que todos pensavam já ter visto. E, vendo de maneira diferente, ver outras coisas que outros até então não tinham visto (Veiga-Neto, 2017, p. 167).

O que a crítica pós-estruturalista nos permite é problematizar “a noção de uma razão única, de um sujeito único, inscritos numa totalidade única”. (Veiga-Neto, 2017, p. 171). Assim, questionar a forma como o conceito de competência é apresentado na BNCC e sua relação com a constituição de uma subjetividade que forme sujeitos competentes e empreendedores, é uma forma de tencionar o que é apresentado pelo governo e por grandes empresas vinculadas à educação. As lentes teórico-analíticas propostas pelo campo pós-estruturalista nos possibilitam olhar nosso objeto de pesquisa, a BNCC, como documento prescritivo que foi desenvolvido

em uma complexa rede de saber e poder, de disputas e tensões em torno do currículo nacional.

O pós-estruturalismo nos apresenta uma realidade produzida através de acordos realizados dentro de um período por grupos sociais, assim, "mais importante do que dizer que isso é verdadeiro, talvez seja perguntar por que se diz que isso é verdadeiro. Em outras palavras, perguntar quais foram os acordos que declararam que isso é uma verdade" (Veiga-Neto, 2017, p. 168).

Para analisar os documentos que formam a BNCC e a noção de competência inscrita neles, elegemos como ferramentas foucaultianas: o discurso e o governo biopolítico. Porém para melhor contextualizar o uso das ferramentas, iniciamos trazendo o conceito de governamentalidade, que segundo Foucault no livro *Segurança, Território e População* (2008a), entende-se:

"Por esta palavra, "governamentalidade", entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumentos técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por "governamentalidade" entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de "governo" sobre todos os outros -soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado o, desenvolvimento de toda série de aparelhos específicos de governos e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes" (p.143-144).

Através do conceito de governamentalidade, Foucault aborda o problema do Estado e da população apresentando novas ferramentas e novas lógicas de controle e submissão. Operar com o conceito de governamentalidade neoliberal é ir além de entender um modelo econômico, mas usar como uma grade que me permite analisar as condições do presente. No caso deste estudo a Governamentalidade se apresenta como uma grade de inteligibilidade que entende o neoliberalismo como um modo de vida, que controla além da economia, as relações sociais e a condução de condutas dos sujeitos (Santaiana, 2015).

Assim, a partir do conceito de Governamentalidade enquanto uma grade de inteligibilidade, utilizamos também a ferramenta analítica do governo biopolítico de condutas para compreender os discursos instituídos pela BNCC. Essas

ferramentas por nós escolhidas são produtivas para entendermos como um documento orientador e normatizador de abrangência nacional pode ser entendida como estratégias para “executar uma ação de conduzir ou dirigir as ações alheias” (Veiga-Neto, 2005, p. 83). Como muitas das políticas educacionais se destinam a atingir grandes parcelas populacionais é possível por meio de uma noção de governo biopolítico analisar uma política curricular que atinge a população da Educação Básica.

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo; como consciente, diante do governo, do que ela quer, e inconsciente em relação aquilo que a se quer que faça (Foucault, 2017, p. 425-426).

O conceito de biopolítica trazido por Michel Foucault nos remete a política da vida, das populações, entendendo como gestão estatal do corpo e da vida da espécie humana. Assim, já não bastava apenas disciplinar as condutas dos indivíduos, pois também era preciso implantar um gerenciamento da vida das populações.

Portanto, o governo biopolítico é utilizado para tensionar, tendo visto que a BNCC, como documento orientador de um currículo, constitui um campo de possibilidades para a condução de procedimentos, pois o currículo vai além da seleção de conteúdo a serem ensinados, ele conduz as orientações pedagógicas e as diretrizes das práticas dos professores nas salas de aula. Nos orienta a problematização de Silvio Gallo quando nos aponta “o que se vê num projeto desta natureza é um desejo de controle populacional, o que Michel Foucault denominou uma biopolítica” (Gallo, 2017, p. 1), ou seja, existe por meio das definições curriculares materializadas pela BNCC uma evidente estratégia de alcançar a população educacional (professores, gestores e alunos). Logo, o governo biopolítico se torna importante para as discussões a serem realizadas nesse estudo.

Como realizamos um investimento analítico no discurso proveniente de partes do documento da BNCC, acreditamos que de forma respeitosa, nos limites necessários a noção de discurso como proposta por Foucault também será importante para esse estudo. Foucault nos permite pensar sobre a importância dos discursos e a produção de verdades que eles subjetivamente produzem em uma

população.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2014, p. 8-9).

A materialidade exposta nos materiais da BNCC, nos capacita a compreender como a proposição de competência na educação veio a se tornar uma verdade, que discurso ela acolhe e sanciona como verdadeiro que possibilita estabelecer um campo de possibilidades na constituição de sujeitos/alunos empreendedores. Nesse sentido, Foucault nos traz a conceituação de discurso como:

Um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (Foucault, 2002, p. 135-136).

Sendo assim, a BNCC através de sua proposta de ser referência nacional para formulação dos currículos escolares se operacionaliza através das relações de poder, na produção permanente da subjetividade de todos os envolvidos. Conforme Foucault, a educação é forma de “manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que trazem consigo” (2014, p. 41). Desta forma, para produzir uma análise da BNCC em uma perspectiva discursiva, utilizando o governo biopolítico como ferramenta analítica, deve-se desenvolver a capacidade de ir além do que está dado no documento e procurar perceber as subjetividades que são produzidas e seus efeitos na educação. A superfície analítica que trazemos nesse trabalho são excertos extraídos da BNCC que localiza as discussões referentes a noção de competência.

Nos cabe também descrever nosso entendimento sobre a noção de subjetividade que se torna importante nesse estudo e encontra suas bases na própria produção foucautiana e nas teorizações que sustentam teoricamente esse estudo. Um documento não é um mero documento quando orienta e regula as

práticas curriculares em um país e assim tomamos a BNCC. Argumentamos que por meio das práticas curriculares construídas por orientação da Base, ocorre um assujeitamento dos sujeitos a uma verdade sobre o que é válido e o que não é num currículo.

No entanto, esse controle e sua eficácia irão residir nos deslocamentos tempo- espaciais na regulação das comunidades escolares, entre os quatro muros da escola, espalhando-se onde existem práticas educativas curriculares orientadas pelas verdades instituídas pela BNCC.

3 Neoliberalismo e BNCC: emergência de uma subjetividade competente

O caráter fundamental da nova ordem educacional está ligada à perda progressiva de autonomia da escola, acompanhada de uma valorização da empresa, que é levada ao ideal normativo. Nessa "parceria generalizada", a própria empresa se torna "qualificadora" e "envolvida no aprendizado" e acaba se confundindo com a instituição escolar em "estruturas de aprendizagem flexíveis (Laval, 2019, p. 30).

Nas políticas públicas para a educação, e no que importa a este estudo sobre a BNCC e sua ação na formação dos sujeitos/alunos, as práticas de governo exercidas nesta população permitem que se constitua uma rede de saberes e poderes sobre eles. Sendo assim, o corpo e a vida desses sujeitos irão produzir práticas docentes com eles, além de se tornarem matéria farta para intervenções estratégicas. O governo dos sujeitos se operacionaliza a partir das novas configurações do neoliberalismo, como discutido por Foucault, mas que podem estar emergindo de uma subjetividade afeita a competência no campo da educação.

Temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo- o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados, que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de "poder-saber" não devem então ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais de poder-saber e de suas transformações históricas (Foucault, 2002, p. 27).

Entendemos e concordamos com Ramos e Nascimento que nos apontam que em relação a noção de competência existe uma "polissemia no conceito e as interpretações a ela relacionadas" (2019, p. 69). Por isso nesse estudo no registro que cabe a uma perspectiva pós-crítica observamos a BNCC como um documento que orienta as aprendizagens essenciais e essas são vistas como uma ação biopolítica, analisando os discursos materializados no seu interior, torna-se evidente a relação entre competência e a racionalidade neoliberal na qual estamos inseridos. Ao produzir saberes específicos para o currículo nacional, e estar estrategicamente destinada a todas as redes de ensino do país, sua aparente pulverização encontra assim sua grande força.

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (Brasil, 2017, p. 8).

A BNCC apresentada como referência na elaboração dos currículos de todas as redes escolares, envolvendo todas as etapas da educação básica, pode ser vista como um documento ordenador e disciplinador das práticas pedagógicas, apontando o modo de pensar, classificar e hierarquizar o que deve e o que não deve ser aprendido, produzindo e regulando subjetividades. É priorizada a questão do alinhamento para todos e acreditamos que tal alinhamento de forma curricular preconiza o que considero que seja "a aquisição de certas habilidades, mas também de aquisição de certas atitudes" (Foucault, 2004, p. 324). Subjetivamente vais se conformando um modo específico de constituir qual currículo é necessário para a população que se encontra nas escolas, entendendo que isso irá perpassar também pelos docentes.

Segundo Gadelha (2009), o neoliberalismo exerce tamanha influência no ethos de vida dos sujeitos que busca programar as atividades e os comportamentos dos indivíduos. Deseja "programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo

em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação” (Gadelha, 2009, p. 178). Dessa forma, a BNCC assume o papel de condutora e constituidora de subjetividades, visto que norteia os currículos escolares no país, apresentando características, conforme Silva (2015), de um currículo tecnicista, visto que os processos de decisão estão situados nos Estados, privilegiando uma linguagem especializada produzida por consultores nacionais e internacionais.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2017, p. 8).

Veiga-Neto (2000) nos questiona sobre os objetivos da escolarização na e para a lógica neoliberal, e apresenta como resposta criar/moldar o sujeito-cliente. Esse sujeito vive efeitos da função disciplinadora e da lógica de controle no cotidiano escolar. O ensino por competências objetiva preparar o sujeito-cliente a serem mais competitivos e eficazes em suas escolhas de consumo. Assim, a BNCC, através da lógica das competências, procura moldar o sujeito-cliente neoliberal, tornando-o mais competitivo para o mercado de trabalho. A partir do exposto e pensando sobre a lógica neoliberal, ao procurar compreender o contexto de racionalidade em que a BNCC está inserida, e como esta reverbera nos currículos escolares, podemos aferir que além de conduzir as práticas, ela governa as condutas operando por meio de um governo biopolítico.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2017, p. 8).

Através do conceito de competência, definida na BNCC, percebe-se as características dos efeitos da governamentalidade neoliberal na educação, relacionando-a com a teoria do Capital Humano: mobilizar, investir, tornar hábil para uma sociedade que se quer.

Creio que a teoria do Capital Humano e a cultura do empreendedorismo não

estão desvinculadas, por outro lado, da crescente atenção e valorização que se vem dando, de duas décadas para cá, e hoje mais do que nunca, à questão das competências – na formação do professor, nos processos de aprendizagem dos alunos (aprender a aprender), na montagem dos programas curriculares, nas formas de avaliação e na educação, tomada num sentido amplo (Gadelha, 2009, p. 182).

Gadelha (2009) nos leva a tensionar o ensino das competências na medida em que as relaciona com o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e destrezas que são úteis no e para o mercado, ou seja, o que mereceria investimentos por parte dos indivíduos para o capital humano. O indivíduo, torna-se um sujeito econômico, um empreendedor de si mesmo, que através do desenvolvimento de competências, investe em si, no seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Nesse sentido perfaz a necessidade de uma educação que prime para constituição de sujeitos, logo a escola é “instituição fundamental de formação e produção de subjetividade, é um dos meios privilegiados escolhidos para fabricar esse novo sujeito” (Alves; Klaus; Loureiro, 2021, p. 6).

Um dos objetivos do governo neoliberal na educação é a aquisição de competências adequadas ao mercado, tendo em vista a produção dos sujeitos empreendedores de si mesmo. A BNCC, através do ensino das 10 competências, ao longo de toda a Educação Básica, possibilita o desenvolvimento desse sujeito econômico, pronto para o mercado competitivo.

[...] as competências gerais da BNCC [...] inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB (Brasil, 2017, p. 8).

Assim, para uma melhor visualização das 10 competências gerais apresentadas pela BNCC e propostas para toda a Educação Básica, apresento o quadro abaixo:

Quadro 1 – Competências gerais da BNCC.

DOCUMENTO	10 COMPETÊNCIAS GERAIS
	<ul style="list-style-type: none">• 1- Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural e digital para entender e explicar a

BNCC

realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

- 2 - Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
- 3 - Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
- 4 - Utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática, científica, para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- 5 - Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- 6- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- 7 - Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- 8 - Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
- 9 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
- 10 - Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base em princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: Elaborado com base na BNCC (2023)

A BNCC, com a educação voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades, como estratégia de governo da educação básica brasileira, coopera com os jogos de produção dos saberes e poderes de subjetivação no governo da população em idade escolar. "A competência tem conexão estreita com a exigência de eficiência e flexibilidade que a sociedade da informação impõe aos trabalhadores" (Laval, 2019, p. 77). Conhecer-se, exercitar, agir, verbos que enunciam a constituição de práticas para que sejam desenvolvidos em termos curriculares, ganham novos contornos, contornos que irão subjetivamente sendo incorporados pelos sujeitos envolvidos e envolvidas na educação nacional.

O desenvolvimento de competências é tomado neste estudo como uma condição de possibilidade para objetivar de forma subjetiva que se produzam sujeitos-alunos que aprendam, que empreendam sobre si ou, segundo Gadelha (2009), um "indivíduo-micro- empresa". Destaca César (2010), que o novo sujeito econômico deverá se autoproduzir através de diversas tecnologias, as quais deverão ampliar suas capacidades corporais e cognitivas no sentido de torná-lo um "empreendedor de si mesmo".

Este novo sujeito será, dentre outros fatores, o resultado de investimentos educacionais na infância e na juventude, garantidos tanto por meio de intervenções estatais visando o governo do corpo a partir da escola, quanto por meio das próprias respostas dos sujeitos aos estímulos e às demandas do mercado de concorrência (César, 2010, p. 232).

O investimento em capital humano realizado pela educação pode ser visualizado através do desenvolvimento de habilidades e competências promovidas pelos currículos escolares. Dessa forma, "embora a educação conste no dispositivo constitucional como um direito social, sua mercantilização joga papel importante no processo de levar à frente o projeto educacional do capital" (Garcia, 2020, p. 11).

Utilizando como referência o documento da BNCC, com seus mecanismos técnicos e políticos, arrisca-se esclarecer algumas formas de como ocorre a ação de governo da população escolar. "O funcionamento desta rede de exercício do poder incentiva, conduz e produz, os modos de sujeição dos indivíduos gradativamente, desde o seu nascimento até a sua velhice" (Gerhardt; Santaiana, 2019, p. 3).

Os discursos, emanados pelos ordenamentos curriculares, organizam e ordenam o eventual campo de condução da conduta das crianças. Essa condução realizada através de uma pedagogia empreendedora aponta o aluno não somente responsável por sua aprendizagem, gerenciando os investimentos em sua educação e carreira, mas também encarando sua vida familiar e sua relação com a cidadania como empreendimentos (Alves; Klauss; Loureiro; 2021).

Os ideais do neoliberalismo na educação estão intrínsecos com a dissolução de conteúdos e o empobrecimento cultural, pois o que realmente importa não é a qualidade, nem a quantidade de conhecimentos adquiridos, mas sua utilidade ao mercado de trabalho. "O que interessa é a capacidade do trabalhador de continuar aprendendo durante toda a sua vida aquilo que for útil profissionalmente" (Laval, 2019, p. 72). Portanto, "os princípios neoliberais - lógica da concorrência, desempenho e produtividade - em sua interface com as novas relações de trabalho - flexibilidade, empresariamento de si, investimento em capital humano" (Klaus, 2017, p. 354) ficam evidentes no planejamento proposto.

Assim, a BNCC pelo fato de ser uma referência obrigatória na construção dos currículos escolares emerge como um documento que propõe práticas visíveis no gerenciamento das condutas dos sujeitos, que operam no âmbito das subjetividades, mas que, ao mesmo tempo, delineiam quais conhecimentos, atitudes ou performances devem ser privilegiados na composição dos currículos escolares (Silva, 2015).

Como a BNCC é de abrangência nacional, ela se consolida como uma estratégia de governo que exerce seu poder para controlar, regular e conduzir a vida dos estudantes, na lógica de determinar os conhecimentos que são necessários para os indivíduos conduzirem suas experiências de vida individuais dentro da coletividade social e serem inseridos na lógica da sociedade capitalista (Gerhardt; Santaiana; 2019, p. 4).

Ao longo de toda Base Nacional Comum Curricular, é demonstrado como o neoliberalismo deixou de ser um sistema econômico e tornou-se um modo de vida, moldando um tipo de sujeito que realiza investimentos permanentes em si mesmo. Assim, após todo o estudo desenvolvido ao longo deste trabalho, torna-se perceptível o objetivo do governo e das parcerias empresariais com a BNCC, o de formar sujeitos

produtivos, investindo em conhecimentos do mercado e proporcionando desenvolvimento de competências ligadas ao empreendedorismo. Dessa forma ocorre o gerenciamento das condutas dos sujeitos, operando na subjetividade e ao mesmo tempo, impondo quais conhecimentos, atitudes ou performances devem ser privilegiadas na composição dos currículos escolares (Silva, 2015).

Segundo Gadelha, "o status de cada um é determinado, em última instância, pelo grau de qualidade de capital humano que foram acumulados através da educação" (2009, p. 183). A capacidade competente de gerir sua vida individual mediante a interação, em uma sociedade competitiva se torna vital no alinhamento discursivo proposto pela Base e certamente aqui não digo que tal capacidade seja equivocada ou em si maléfica, mas é importante verificar como o discurso produz verdades. Uma verdade que se quer subjetivada, pois: "investir no capital humano contemporaneamente passa por investir na sua capacidade pessoal de se aprimorar, não só constantemente, mas subjetivando todas as possibilidades colocadas ao alcance do corpo e da mente" (Santaiana, 2015, p. 141).

Considerações finais

Através da racionalidade neoliberal, a educação não apenas necessita colaborar com a economia, ela deve se submeter plenamente à lógica econômica, sendo uma atividade com custo e retorno, se assemelhando a uma mercadoria. A escola deve sujeitar-se à razão econômica, justificando-se apenas pelo serviço que deve prestar às empresas e à economia, formando o homem flexível e o trabalhador autônomo, empreendedor, que tenha competências e habilidades para a competitividade econômica. O ensino passa a ser visto como um grande mercado que deve fornecer subsídios para que o indivíduo possa investir em conhecimentos economicamente valorizáveis, isto é, no seu capital humano. Assim, o papel da educação muda, como sua organização e referências, pois "a razão de ser da instituição escolar não se encontra mais na distribuição mais igual possível do conhecimento, mas nas lógicas da produtividade e da rentabilidade" (Laval, 2019, p. 68).

A BNCC, envolvendo todas as etapas da educação básica, pode ser vista

como um documento ordenador e disciplinador das práticas pedagógicas, apontando o modo de pensar, classificar e hierarquizar o que deve e o que não deve ser aprendido, produzindo e regulando subjetividades. Entre seus objetivos está o de criar/moldar o sujeito-cliente. Esse sujeito vive efeitos da função disciplinadora e da lógica de controle no cotidiano escolar. O ensino por competências objetiva preparar o sujeito-cliente a serem mais competitivos e eficazes em suas escolhas de consumo. Assim a BNCC, através da lógica das competências, procura moldar o sujeito-cliente neoliberal, tornando-o mais competitivo para o mercado de trabalho.

Portanto, a BNCC voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades, como estratégia de governo da educação básica brasileira, coopera com os jogos de produção dos saberes e poderes de subjetivação no governo da população em idade escolar.

Para que os sujeitos possam participar dos mecanismos de competição é necessário investimento do próprio sujeito, do Estado, das empresas nas suas habilidades e competências. Assim, o desenvolvimento de habilidades e competências torna-se necessário para qualificar o sujeito empreendedor, para torná-lo cada vez mais competitivo ao jogo do mercado.

Dessa forma, os discursos oriundos dos currículos, organizam o eventual campo de condução da conduta das crianças. Essa condução realizada através de uma pedagogia empreendedora aponta o aluno não somente responsável por sua aprendizagem, gerenciando os investimentos em sua educação e carreira, mas também encarando sua vida familiar e sua relação com a cidadania como empreendimento.

Assim, a Base Nacional Comum Curricular demonstra ao longo de seu documento, como o neoliberalismo deixou de ser um sistema econômico e tornou-se um modo de vida, moldando um tipo de sujeito empreendedor, flexível, voltado às suas demandas individuais, e não por uma lógica de igualdade e solidariedade. Dessa forma ocorre o gerenciamento das condutas dos sujeitos, operando na subjetividade e ao mesmo tempo, impondo quais conhecimentos, atitudes ou performances devem ser privilegiadas na composição dos currículos escolares.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Carolina Pires. **Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro**. 2020. 358 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ALVES, Alexandre, Klaus, Viviane, LOUREIRO, Carine Bueira. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e226115, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2017. CAETANO, Maria Raquel. A Base Nacional Comum Curricular e os sujeitos que direcionam a política educacional brasileira. **Contrapontos**, Itajaí, vol.19, n.2, p.132- 141, jan-dez. 2019.

CESAR, Maria Rita. (Des)governos: biopolítica, *governamentalidade* e educação contemporânea. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.12, n.1, p.224-241, jul./dez. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Tecnologias de Si. **Revista Verve**, 6: 321-360, PUC/ São Paulo, 2004. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GADELHA, Sylvio. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: FAGED/ UFRGS, v.34, n.2, maio/ago. 2009.

GARCIA, R. M. C. Determinantes das políticas educacionais no Brasil contemporâneo: risco à democracia? **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-17, 2020.

GERHARDT, Cláudio; SANTAIANA, Rochelle da Silva. **A BNCC como Estratégia de Governo da educação Brasileira**. 8o SBECE/5o SIECE | 25 a 27 de junho de 2019. <https://www.2019.sbece.com.br> > downloadpublic

KLAUS, Viviane. Empresariamento da Educação em tempos de capitalismo flexível:

SANTAIANA, Rochele da Silva; MACHADO, Jaqueline Aparecida.

análise de parcerias escola/empresa no RS. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v.21, n.3, set.-dez. 2017.

IHU ON LINE. **Base Comum Curricular, um instrumento da biopolítica.**

Entrevista com o Silvio Gallo. EDIÇÃO 516 | 04 DEZEMBRO 2017.

<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7148-base-comum-curricular-um-instrumento-da-biopolitica>.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** São Paulo: Boitempo, 2019.

RAMOS, Luiza Olivia Lacerda, NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. Competências Gerais da BNCC para os estudantes adolescentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental: um estudo interpretativo para o desenvolvimento da aprendizagem. **Revista Pedagógica**, Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UnoChapecó.V.21, 2019.

SANTAIANA R. da S. **Educação Integral no Brasil: a emergência do dispositivo de intersectorialidade.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Educação, governamentalidade e neoliberalismo: contribuições foucaultianas para o estudo das políticas de currículo. **Educação e Filosofia Uberlândia**, v. 29, n. 57, p. 199 - 223, jan./jun. 2015.

TRAVERSINI, Clarice S.; MELLO, Darlize T. A Base Nacional Comum Curricular: olhares sobre os desafios da implementação do currículo nacional normativo em vigor no Brasil. **Revista Textura**, v.22, n. 50, p.3-18, abr/jun 2020.

VEIGA NETO, Alfredo. Didática e as experiências de sala de aula: uma visão pós-estruturalista. **Educação e Realidade**, v. 21, n. 2, 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org.), **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU,2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou Governamento. **Currículo sem Fronteiras**, v.5, jul/dez, 2005.

Recebido em: 18-02-2023

Aceito em: 29-20-2023

Publicado em: 27-03-2024